

## **A REPRESENTATIVIDADE DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS NOS MUNICÍPIOS PARAENSES**

**ELAINE APARECIDA TEIXEIRA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)

**ELIANE SILVA SAMPAIO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)

**ANA CAROLINA SILVA SOUSA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)

**JADSON OLIVEIRA SILVA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)

# A REPRESENTATIVIDADE DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS NOS MUNICÍPIOS PARAENSES

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a consagração da Constituição Federal de 1988 significou a expansão dos direitos sociais, ampliou-se o seguro social com a criação da seguridade social composta pela saúde, assistência e previdência social, constitucionalizando neste período um novo pacto social, mais voltado ao amparo do cidadão nos momentos de velhice, invalidez ou quando não conseguirem mais trabalhar (KERSTENETZKY, 2012).

Segundo Ibrahim (2011), a Previdência Social se apresenta como uma segurança social, evitando conflitos e instabilidade nas relações sociais, atingindo adequados níveis de segurança pública e de estímulo à economia como um todo, capaz de influenciar nas condições de vida da população e na economia dos municípios brasileiros. Em especial, se destaca o Regime Geral de Previdência Social - RGPS diante da sua abrangência nos municípios brasileiros, através de seus benefícios previdenciários que promovem melhoria na renda dos segurados e dependentes, proporcionando melhores condições de vida da população.

O RGPS constitui-se em um dos maiores programas de previdência do mundo, sendo um importante instrumento de combate à pobreza, tornando-se um distribuidor pessoal e regional de rendas (FERREIRA *et al.*, 2015).

De acordo com Lobato (2016) e Fleury (2017), apesar das políticas de proteção social terem sido intensificadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde o sistema de proteção social passou por reformulação baseado nos princípios e diretrizes do Estado Social de Direito que consistem na justiça social, no bem-estar social, solidariedade e na dignidade humana, o que houve a partir dos anos 90, por meio das diversas alterações legais, foi a adoção de políticas de proteção seletiva a alguns grupos, não atendendo ao universalismo das políticas de proteção social.

Mesmo diante a essas alterações legais, que segundo Bercovici e Massonetto (2016), ocorreram para o controle dos gastos públicos, ocasionando a subordinação da proteção social ao processo de ajuste fiscal e estabilização macroeconômica, a previdência ainda se destaca como forte instrumento de proteção social, influenciando não apenas os beneficiários, mas também a economia dos municípios. Cabe destacar que o sistema previdenciário representou em 2014 uma cobertura direta de mais de 60% dos aposentados acima de 65 anos e de mais de 40% dos contribuintes entre 15 e 64 anos, tornando-se o grande propulsor do comércio e da economia local dos municípios (AEPS, 2016).

### 1.1 Problema de Pesquisa e Objetivo

Diante da relevância da previdência social e com base nessas considerações iniciais, pretende-se responder o **seguinte questionamento**: Qual a representatividade dos benefícios previdenciários nos municípios paraenses em relação aos componentes do PIB total (PIB *per capita* e População)?

Tem-se como **objetivo** analisar a representatividade dos benefícios previdenciários do RGPS, em relação ao PIB *per capita* e em relação a população, nos municípios paraenses nos anos de 2005, 2010 e 2015.

A realização do estudo nos municípios paraenses torna-se relevante devido aos problemas sociais, especialmente no interior do estado, de onde tem-se o registro de grandes índices de pobreza, e pelo fato de o Estado possuir a segunda pior educação pública do Brasil, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, além do quarto menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, com 0,698 (PNUD- Brasil, 2017). Neste cenário,

o recebimento dos benefícios previdenciários pode promover consideráveis reflexos positivos nas condições de vida dos segurados e seus dependentes. Cabe ressaltar também que o período escolhido para análise (2005, 2010 e 2015) foi proveniente a maior base de dados disponíveis, levando em consideração o último ano censitário de 2010.

Por fim, cumpre destacar a importância de analisar os benefícios previdenciários para os municípios pobres e também para aqueles com grande número de beneficiários, levando em conta um período com diferentes cenários econômicos. Ademais, a pesquisa possibilita subsidiar gestores municipais a respeito da política de renda dos municípios, principalmente em momentos de crise, sejam elas econômicas, sociais ou de saúde mundial, como a crise vivenciada diante a pandemia de Covid 19.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A relevância da política pública de previdência social em contextos de crises sociais, econômicas, sanitárias e humanitárias**

A Previdência Social brasileira decorre das inúmeras transformações sociais, políticas e econômicas que o país viveu ao longo de sua história, “sendo apresentada na Constituição Federal de 1988 como uma política de manutenção econômica dos indivíduos em situação de dificuldades laborativas” (BOTELHO e COSTA, 2020, p. 4), desenvolvendo ações com o intuito de promover a redução da desigualdade social. Conforme ressalta Afonso (2018), não se deve negligenciar a importância que a temática assume para qualquer país, sendo esta constantemente discutida, seja no meio acadêmico ou no meio político.

Silva, Costa e Silva (2014, p. 70) defendem que a previdência social pode ser considerada uma “importante área de políticas públicas e dos gastos sociais brasileiros, abrangendo a participação de um grande número de famílias, influenciando a sociedade nos níveis econômico e social”. Os autores (2014) ainda destacam sua relevância para a expansão socioeconômica dos municípios, assim como a possibilidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos idosos, oportunizando um grau de independência financeira a estes beneficiários, além de gerar um impacto significativo no combate à pobreza e miséria extrema que desola o Brasil.

Embora seja evidente os benefícios, no âmbito social e/ou econômico, que a previdência social pode proporcionar, se viu nos últimos anos uma declarada urgência por uma reforma no sistema previdenciário brasileiro. Oliveira (2017, p. 6) relata que “transcorridos 29 anos desde sua instituição, a Seguridade Social permanece como o alvo por excelência das reformas propostas pelos diferentes governos que assumiram o poder”. Para a autora (2017, p. 6), todos os ataques, disfarçados de reforma, impediram que a previdência social se efetivasse como um instrumento de justiça social, uma vez que “diversos de seus fundamentos não foram regulamentados ou não são observados tal como previsto no texto constitucional”.

Apesar de ser atribuído ao déficit previdenciário os desajustes fiscais do governo, Favoni e Souza (2004, p. 122) esclarecem que “a presença dessa fonte de renda para inúmeras famílias brasileiras, (...) tornou melhores as condições de vida da população, amenizando a questão da pobreza no Brasil, principalmente nos pequenos municípios”.

Assimilando a previdência como um poderoso sistema de proteção social fica perceptível o seu impacto na vida da população brasileira, principalmente no atual contexto de crise sanitária e econômica decorrente da pandemia de SARS-CoV-2 (COVID-19), uma vez que se observa um aumento no número de desempregados no país (IBGE, 2020), assim como uma redução no percentual de pessoas ocupadas em idade de trabalhar, ficando esta, pela primeira vez, abaixo de 50%, o que significa que menos da metade da população em idade de trabalhar está trabalhando (IBGE, 2020a). Além disso, conforme dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2020), a fome voltou a aumentar no Brasil entre os períodos de 2017 a 2019. Segundo o relatório emitido pela entidade, 43,1

milhões de pessoas vivem em uma situação de insegurança alimentar moderada, sendo que este número pode aumentar consideravelmente até o final de 2020 por conta da pandemia.

Diante desse cenário, fica evidente o quanto se faz necessária a manutenção da previdência social no Brasil, uma vez que muitas famílias, principalmente nos pequenos municípios e nas áreas rurais, dependem dos benefícios que são atribuídos aos idosos e às pessoas em situação de invalidez laboral para sua subsistência.

## **2.2 Aspectos gerais da economia paraense a partir de 2005: um enfoque na década de 2005 a 2015 e seus reflexos na atualidade**

Para entender o cenário econômico paraense é necessário compreender os aspectos econômicos no âmbito nacional e internacional, pois estes atingem diretamente os estados e seus municípios. É importante também observar a evolução do PIB, da inflação e da taxa de desemprego, pois estes afetam diretamente a arrecadação previdenciária. Dessa forma, será feita uma avaliação da economia nos anos estudados: 2005, 2010 e 2015.

No primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva o governo se preocupou em fazer uma política monetária limitada, visto que o presidente iniciou a sua gestão com uma dívida pública elevada e uma economia estagnada. A política econômica foi claramente orientada para o controle da inflação e redução da dívida pública, por meio de uma política monetária muito restritiva, grandes superávits fiscais, apreciação da taxa de câmbio e uma agenda de reformas estruturais em linha com as diretrizes predominantes no governo anterior (BIANCARELLI, 2014).

Mesmo com essa política restritiva o país conseguiu obter um saldo positivo na balança comercial devido ao aumento das exportações, Mattei e Magalhães (2011) apontam que o governo se aproveitou da expansão da economia mundial e conseguiu obter saldos expressivos na balança comercial.

Assim o governo conseguiu fechar o ano de 2005 com estabilização na economia brasileira, pois houve um declínio da dívida pública e da carga tributária. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), o produto interno bruto (PIB) teve um avanço de 3,2%, a inflação foi de 5,69% e a taxa de desemprego foi de 8,5%. Segundo Lima e Deus (2013), nesse período houve uma diminuição da taxa de desemprego, contribuindo no incremento do consumo em 21,5%, a taxa de investimento aumentou 44,8%, seguido das exportações de bens e serviços.

No estado do Pará também houve crescimento econômico, uma vez que a indústria obteve um bom desenvolvimento, principalmente no tocante a extração de minério e indústria de transformação. Segundo o IBGE (2007), em 2005 no Pará o crescimento deveu-se às atividades de comércio e serviços de manutenção e reparação (4,4%), em virtude da alta no volume de vendas do comércio varejista (12%), à indústria extrativa mineral (8,3%), com especial destaque à produção de minério de ferro (10%), ao transporte, armazenagem e correio pelo aumento nos modais aéreo (10,4%) e rodoviário (6,5%).

A estabilização da economia brasileira se viu ameaçada pela crise financeira de 2008, uma vez que esta deixou grandes economias, como a América do Norte, em retração. No Brasil houve uma desestabilização da economia provocada pela falta de liquidez, pois os investidores começaram a retirar suas ações de bancos e de empresas brasileiras. A forte retração da oferta de crédito bancário, tanto no mercado doméstico como a interrupção de linhas externas, foram condições suficientes para provocar uma redução na demanda interna e ancorar as expectativas de inflação, já que desencadearam uma forte parada da atividade econômica nos últimos três meses de 2008 (LIMA e DEUS, 2013).

Com receio do país ser mais afetado, o governo adotou medidas econômicas para diminuir o impacto da crise, com a expansão da liquidez, com políticas macroeconômicas expansionistas

e com controle do câmbio. De acordo com Maahs (2014), o governo primou pelo aumento gradativo do salário mínimo dos trabalhadores, fortalecendo de forma progressiva o mercado interno; deu continuidade às medidas de implantação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), com a injeção de investimentos públicos; reduziu diversas cargas tributárias, principalmente nos setores automobilísticos e eletrodomésticos, incrementando assim, a produção industrial aumentando o lucro das indústrias, mantendo os níveis de emprego; estimulou a compra de veículos automotores e eletrodomésticos; reduziu o compulsório para aumento na concessão de crédito e financiamento, dentre outras medidas.

As medidas tomadas pelo governo trouxeram benefícios para a economia do país. O consumo das famílias passou a expandir-se a um patamar sensivelmente superior ao verificado nos anos anteriores e a economia brasileira fechou 2010 com crescimento de 7,5%, uma taxa de desemprego de 6,7% e uma taxa de inflação de 5,91% (GIAMBIAGI e PORTO, 2013). Almeida (2010), afirma que o crescimento econômico, com geração líquida positiva de postos de trabalho formais, contribuiu com o financiamento previdenciário e fez com que, depois de muitos anos, o déficit previdenciário se estabilizasse.

No estado do Pará também houve um bom desempenho da economia. De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Econômico (IDESP, 2010), o Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Pará, no ano de 2010, registrou taxa de crescimento real de 8,01%, superior à verificada em 2009, de -3,26%. Este incremento foi superior à taxa do País de 7,53%, fazendo com que o estado permanecesse na 13ª posição no ranking nacional.

Em 2015, no mandato da presidente Dilma Rousseff, houve uma recessão econômica, pois ela quis executar as mesmas medidas que o governo anterior, porém em um cenário diferente. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2016), a economia brasileira registrou um dos piores momentos em 2015, o PIB encolheu 3,8%, houve uma inflação de 10,67% pelo acentuado desequilíbrio fiscal do setor público e pelo elevado nível de juros, tendo como efeito a queda do emprego e da renda e a forte retração do mercado doméstico levando a perda da capacidade do consumo.

No ano citado houve um aumento da taxa de desemprego, a Agência Brasil (2016) aponta que isso ocorreu devido a retração da economia que refletiu praticamente em todos os setores da economia, sendo 6,2% na indústria e 2,7% no serviço, a exceção foi no setor agropecuário com crescimento de 1,8%.

No Pará, em 2015, não houve recessão econômica, de acordo com o Banco Central do Brasil (2018), a economia do estado do Pará evoluiu mais favoravelmente do que a nacional, o crescimento atingiu 4,89% no biênio encerrado em 2015. Esse melhor desempenho na economia paraense pode ser explicado, em parte, pela estrutura produtiva, caracterizada pela relevância da destinação de produtos ao mercado externo e, ainda, pela participação importante de setores com baixa elasticidade de renda. As exportações do estado corresponderam a 26,2% do PIB em 2015 (10,6% do PIB no país), mesmo com a redução do preço do minério de ferro ocorrida no ano.

Em 2020, o Brasil sofre novamente recessões na economia influenciada pelo impacto do novo Coronavírus. Após projetar uma alta superior a 2% no PIB, o governo brasileiro espera agora um crescimento de 0,02% e chega a admitir o risco de recessão, segundo o IBGE (2020b), e afirma também o crescimento da taxa de desocupação que subiu de 11,2% para 12,2% de janeiro a março de 2020, provocando fechamento de empresas, diminuição no consumo das famílias de 2% no primeiro trimestre do ano.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Área de estudo e caracterização da pesquisa**

O campo de observação foi o Estado do Pará e seus respectivos municípios atendidos pela previdência social brasileira. Dos 144 municípios paraenses, a pesquisa utilizou 71 municípios. A não utilização dos demais foi proveniente a falta de dados, especialmente da arrecadação previdenciária, o que ocasionou uma amostra de 49% dos municípios do estado do Pará utilizados neste estudo. A base dos dados utilizada foi referente aos anos de 2005, 2010 e 2015. Os valores de 2005 e 2010 foram atualizados para 2015 com base no IPCA/IBGE.

Para atender ao objetivo proposto foi realizada uma pesquisa descritiva quantitativa, na qual se descreve a realidade de forma imparcial, com base nos dados estatísticos observados (PESTANA e GAGEIRO, 2008). Ademais, para as análises das tabelas e gráficos dos dados coletados utilizou-se de observações temporais a fim de demonstrar as mudanças, graduais ou bruscas, ocorridas ao longo do tempo e as possíveis relações com as alterações sociais, políticas e econômicas que puderam influenciar, o PIB e/ou os benefícios previdenciários e a arrecadação.

A averiguação da representatividade dos benefícios previdenciários nos municípios paraenses foi realizada através da razão entre o valor dos Benefícios Previdenciários Líquidos (Benefícios - Arrecadação) emitidos para os segurados do município e o PIB municipal nos anos de 2005, 2010 e 2015. A delimitação do período foi proveniente a disponibilidade dos dados, tendo em vista o aproveitamento do maior intervalo dos dados acessíveis, inclusive utilizando o último ano censitário.

#### **3.2 Fontes dos dados e variáveis selecionadas**

Os dados secundários foram extraídos do IBGE cidades e Atlas Desenvolvimento Humano. Os Indicadores coletados dessas fontes foram referentes ao PIB *per capita* e a população municipal.

Quanto aos dados referentes aos benefícios e arrecadação previdenciária municipal, estes foram coletados das Estatísticas Municipais da Previdência Social. De acordo com a Secretaria de Previdência Social, os benefícios correspondem a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social – INSS para pagamento de benefícios do RGPS. São eles: Aposentadoria por Tempo de Serviço, Aposentadoria por Idade, Aposentadoria por Invalidez, Aposentadoria Especial, Auxílio Doença, Auxílio Acidente, Auxílio Reclusão, Pensão por Morte, Salário Família e Salário Maternidade. Incluem também os Benefícios Assistenciais, que são: O Benefício Assistencial ao idoso e a pessoa com deficiência (BPC) e o Seguro defeso ao pescador artesanal.

Os dados de arrecadação correspondem ao valor dos recolhimentos provenientes de todas as receitas incluídas nas Guias da Previdência Social – GPS, de janeiro a dezembro de cada ano. Abrangem receitas de contribuições sociais (empresas, entidades equiparadas e contribuintes em geral, débitos e parcelamentos (administrativo e judicial).

#### **3.3 Operacionalização da pesquisa**

Para o cumprimento do objetivo foi utilizado o Índice da Representatividade Líquida da Previdência - RLP (relação dos indicadores da previdência e o PIB municipal), conforme Teixeira (2019).

Posteriormente foi realizado a segmentação da RLP por PIB *per capita* e pela quantidade de habitantes nos municípios. As segmentações ocorreram justamente com os indicadores que compõem do PIB total, podendo assim, observar as associações da RLP, se estão mais

relacionadas com o a riqueza gerada nos municípios ou com o tamanho populacional dos municípios. A expressão abaixo, resume o que foi desenvolvido para o cumprimento do objetivo.

$$RLP = \frac{(Benefício\ total - Arrecadação\ total)}{PIB\ total}$$

$$RLP = \frac{Benefício\ Líquido}{PIB\ total}$$

Fonte: Elaboração própria

Dessa forma, foi averiguada a participação da Previdência nos municípios paraenses, verificando a RLP nos diferentes segmentos populacionais e de PIB *per capita*.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

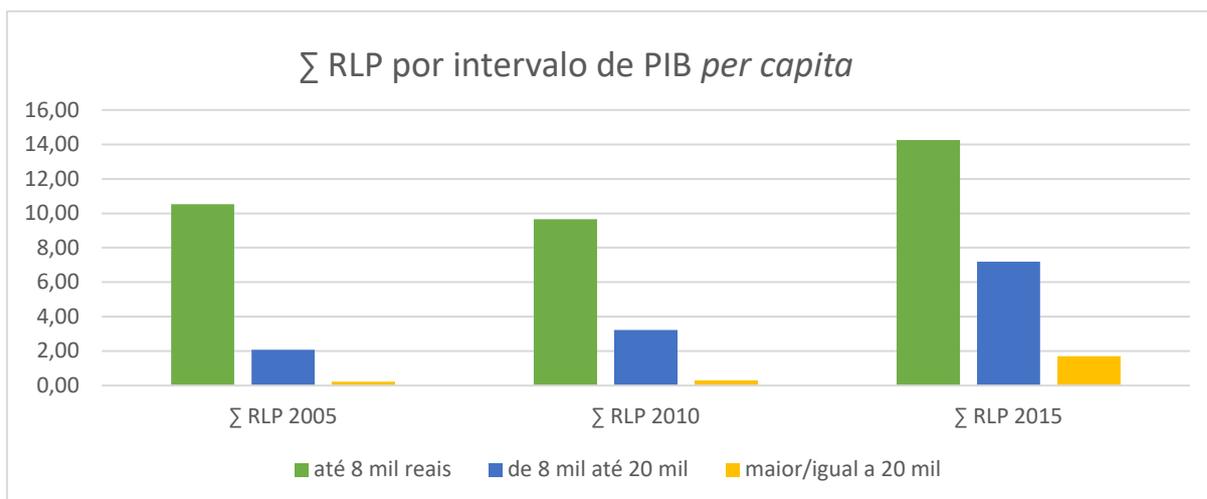
##### 4.1 Classificação da RLP por intervalos de PIB *per capita* dos municípios paraenses

Na análise deste segmento separou-se os municípios paraenses em 3 faixas crescentes de PIB *per capita*, conforme mostra a tabela 1 e os gráficos 1 e 2.

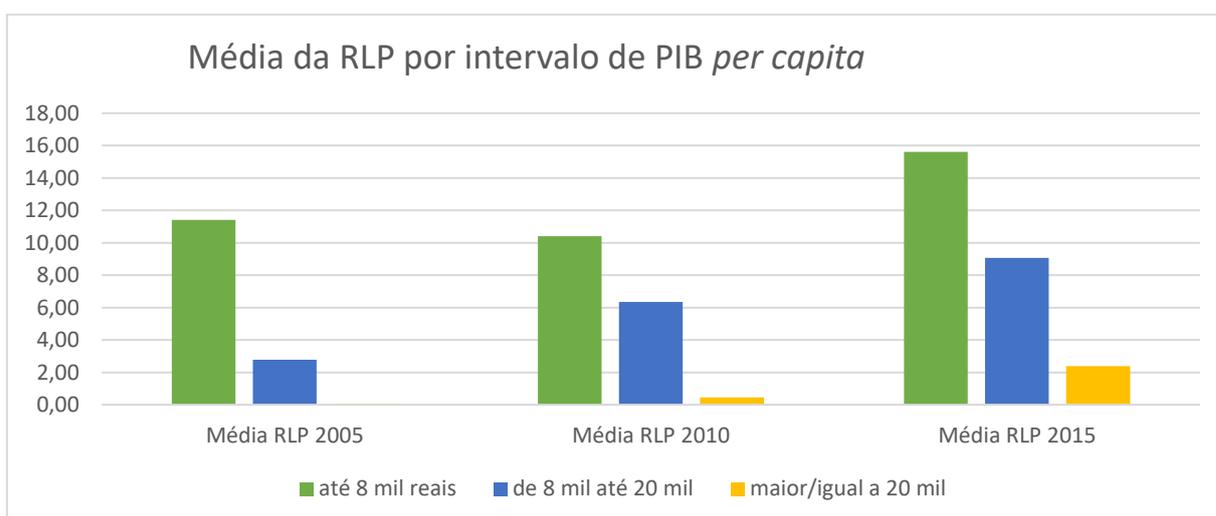
**Tabela 1:** RLP nos municípios paraenses segmentada por PIB *per capita* nos anos de 2005, 2010 e 2015.

Intervalo PIB Per capita	Benefício Líquido (1)	PIB total (2)	$\sum$ RLP (1)/(2) em %	Média RLP %
<b>2005</b>				
até 8 mil reais	1.210.745.356,74	11.498.294.403,15	10,53	11,42
de 8 mil até 20 mil	741.092.601,81	35.639.163.704,20	2,08	2,77
maior/igual a 20 mil	35.752.076,71	16.294.453.264,34	0,22	0,05
<b>2010</b>				
até 8 mil reais	951.940.254,90	9.858.778.483,30	9,66	10,41
de 8 mil até 20 mil	1.786.086.914,59	55.222.612.523,87	3,23	6,34
maior/igual a 20 mil	123.355.193,25	41.024.227.024,77	0,30	0,46
<b>2015</b>				
até 8 mil reais	899.876.795,52	6.315.649.429,00	14,25	15,62
de 8 mil até 20 mil	2.693.340.063,35	37.397.762.761,00	7,20	9,07
maior/igual a 20 mil	1.238.657.066,41	72.398.847.840,00	1,71	2,39

Fonte: Resultados da Pesquisa



**Figura 1:** Somatório da RLP por intervalo de PIB *per capita* municipal.  
Fonte: Resultados da Pesquisa



**Figura 2:** Média da RLP por intervalo de PIB *per capita* municipal.  
Fonte: Resultados da Pesquisa

De acordo com a tabela 01 e a sua demonstração nas figuras 01 e 02, observa-se nos municípios paraenses uma considerável e elevada Representatividade da Previdência Social-RLP nas cidades com PIB *per capita* de até 8 mil reais, nos 3 anos analisados. Notando-se elevada queda da RLP nos agrupamentos de municípios com PIB *per capita* maiores de 8 mil reais. Essa observação é nítida tanto para o somatório de cada agrupamento (figura 1), quanto para a média dos agrupamentos (figura 2), de acordo com os seus respectivos PIB *per capita*.

Dessa forma, de acordo com a Tabela 01, observou-se que houve uma relação inversamente proporcional entre a RLP e o PIB *per capita*. Em cada um dos anos, enquanto nos municípios mais pobres havia elevada RLP, nos municípios mais ricos observou-se baixa RLP. Essa relação inversa permaneceu também quando se verificou a média de cada faixa segmentada pelo PIB *per capita*. Os valores das médias da RLP de cada grupo mantiveram próximos aos valores do somatório da RLP dos grupos, na maioria dos segmentos, conforme mostrado na tabela 01 e nas figuras 01 e 02, esse fato demonstra que não houve elevadas discrepâncias entre valores mínimos e máximos da RLP nos segmentos estudados, contribuindo com o aspecto inversamente proporcional entre a RLP e o PIB *per capita* nos municípios paraenses. Pode-se

assim dizer que, quanto maior o PIB *per capita* dos municípios paraenses, menor é a RLP. Ou seja, quanto mais rico o município, menor a dependência da previdência social e quanto mais pobre o município, maior a dependência da previdência social.

Ademais, observa-se que existem municípios que apresentaram uma RLP superior a 25% do PIB municipal em todos os 3 anos analisados (municípios do intervalo de PIB *per capita* de até 8 mil reais), um desses municípios é Igarapé-Açu, que apresentou RLP de 27,52%, 34,33% e 25,25% nos anos 2005, 2010 e 2015 respectivamente, demonstrando ser relevante na economia local o valor dos benefícios previdenciários.

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), em 2010, o município de Igarapé-Açu apresentou um percentual de pessoas extremamente pobres de 17,77% e a de pobres de 42,96%, acentuando a dependência da população dos benefícios previdenciários. Já o Índice de Gini (instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade de um determinado país ou município), no ano de 2010, era de 0,56, o mesmo do ano de 1991, isso revela que a desigualdade de renda nesses períodos não teve uma melhora, ao contrário estagnou. Sendo assim, é um município onde o recebimento dos benefícios previdenciários faz toda diferença, podendo atuar diretamente na movimentação da economia local e na vida dos beneficiários e dependentes.

No intervalo de PIB *per capita* de 8 a 20 mil reais, torna-se importante destacar a cidade de Rondon do Pará, que nos anos de 2010 para 2015 quase dobrou a RLP, passando de 5,8% para 9,68%, esse aumento está intimamente ligado a recessão econômica ocorrida em 2015, levando o PIB total a permanecer no mesmo patamar no município de Rondon do Pará e a arrecadação previdenciária caiu em mais da metade. A estagnação do PIB e a redução da arrecadação previdenciária confirmam a elevação da RLP em Rondon do Pará de 2010 para 2015.

Quanto ao valor dos benefícios recebidos em Rondon do Pará, aumentou em torno de 35,6% (de 37.579.851,00 para 50.965.445,00), essa elevação é reflexo do aumento da expectativa de vida e da inserção de novos grupos de segurados com direito a receberem os benefícios previdenciários. Segundo Afonso (2018), nas últimas décadas houve o crescimento de beneficiários, indicando um ritmo maior que o crescimento populacional, isso ocorreu devido a inserção de novos grupos ao sistema, como trabalhadores rurais, empregados domésticos, autônomos, portadores de deficiências. Além disso, outro fator que vem se mostrando elevado em todos os períodos é o envelhecimento populacional. Os dados do estudo Síntese de Indicadores Sociais (SIS) (IBGE, 2016) indicam que entre 2005 e 2015, a proporção de idosos de 60 anos ou mais na população do país, passou de 9,8% para 14,3%. Na realidade rondoniense não foi diferente, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), em 2010 houve o aumento da expectativa de vida de Rondon do Pará de aproximadamente 66 anos em 2000, passando para 72 anos em 2010. Tais fatos contribuem para o aumento dos benefícios previdenciários neste município em destaque.

Cabe destacar também o município de Marabá que, de 2010 para 2015 mostrou uma brusca queda na arrecadação previdenciária (na casa dos 149 milhões para 57 milhões) e um aumento relevante na quantidade de benefícios previdenciários (na casa dos 197 milhões para 276 milhões), ocasionando uma elevação de mais de 200% na RLP (de 0,97 para 3%). Marabá está no último segmento de PIB *per capita* acima de 20 mil, em os municípios possuem baixa dependência dos benefícios previdenciários, porém os aspectos apresentados de queda de arrecadação e aumento de benefícios vão em total encontro com a realidade vivenciada no país em 2015.

Segundo os dados apresentados no G1 Pará (2015), o número de demissões em Marabá nos primeiros meses de 2015, foi maior que a quantidade de contratados, isso ocorreu diante à crise econômica nacional que impactou a empregabilidade do município. No entanto o PIB de Marabá elevou em 2015, mesmo no cenário de crise nacional. De acordo com a Secretaria de Planejamento do Governo do Pará (2018), em 2015 o município de Marabá alcançou o posto

de terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Isso se deu devido ao aumento das exportações, segundo o G1 Pará (2015), mesmo com a crise do emprego, o Ministério de Desenvolvimento e Indústria do Comércio Exterior registrou aumento de quase 35% nas exportações em Marabá, em relação ao mesmo período de 2014. Fato que contribuiu para que a RLP não apresentasse ainda mais elevada no município.

No último agrupamento de PIB *per capita*, superior a 20 mil reais, nota-se que existem municípios com RLP muito baixa, chegando a ser negativa, ou seja, são municípios que arrecadam mais para a previdência (através de empresas, indústrias e empregados) do que recebem benefícios.

Vale destacar algumas cidades que retratam essa realidade de reduzida dependência da previdência social, dentre elas: Ulianópolis, Almeirim, Oriximiná, Parauapebas e Canãa dos Carajás. A semelhança entre essas cidades é a atividade industrial, esses municípios produzem grãos, celulose e atuam na extração de minérios destinados à exportação, o que proporciona um alto índice de empregabilidade, resultando em mais arrecadação por parte da Previdência Social, levando os municípios serem menos dependentes dos benefícios previdenciários. De acordo com o Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará – SIMINERAL (2020), o responsável pelo crescimento da Região Norte, principalmente do Pará, é o setor da mineração, pois esse estado possui duas das maiores jazidas da região.

De acordo com Gentil (2006), essas cidades com alta arrecadação previdenciária, demonstram a capacidade redistributiva da previdência, pois os municípios de elevada arrecadação contribuem para o pagamento dos benefícios dos municípios mais dependentes da previdência, constituindo assim, o arranjo da distributividade contido nos aspectos da previdência social brasileira, como um dos pilares da seguridade social.

Por fim, pode-se observar nestes segmentos de PIB *per capita* que, quanto maior a RLP, mais pobre é o município em termos de PIB *per capita*, nos 3 anos analisados.

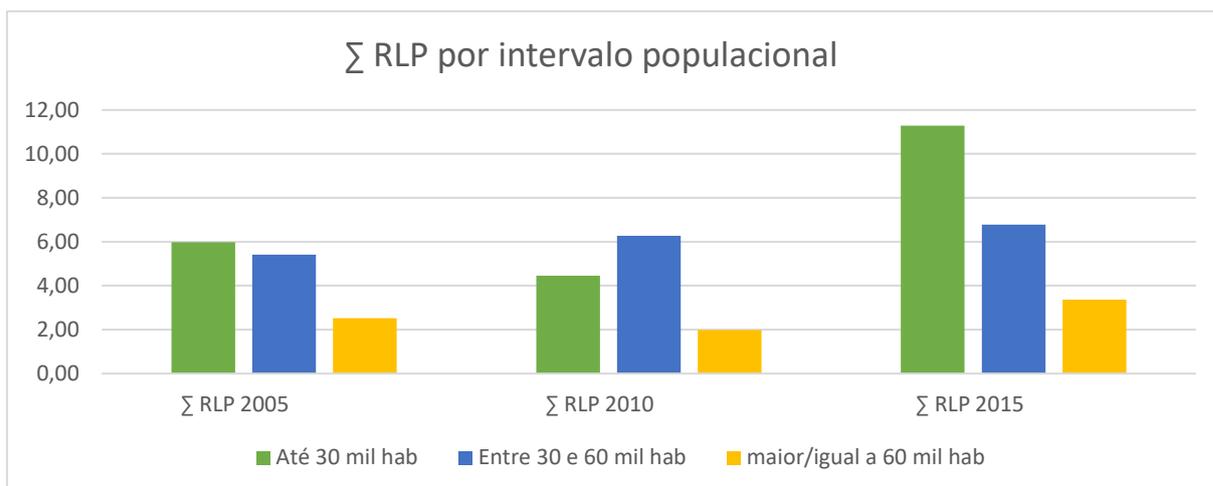
#### 4.2 Classificação da RLP por intervalos populacionais dos municípios paraenses

Na análise deste segmento separou-se os municípios paraenses em 3 faixas crescentes número de habitantes, conforme mostra a tabela 2 e as figuras 3 e 4.

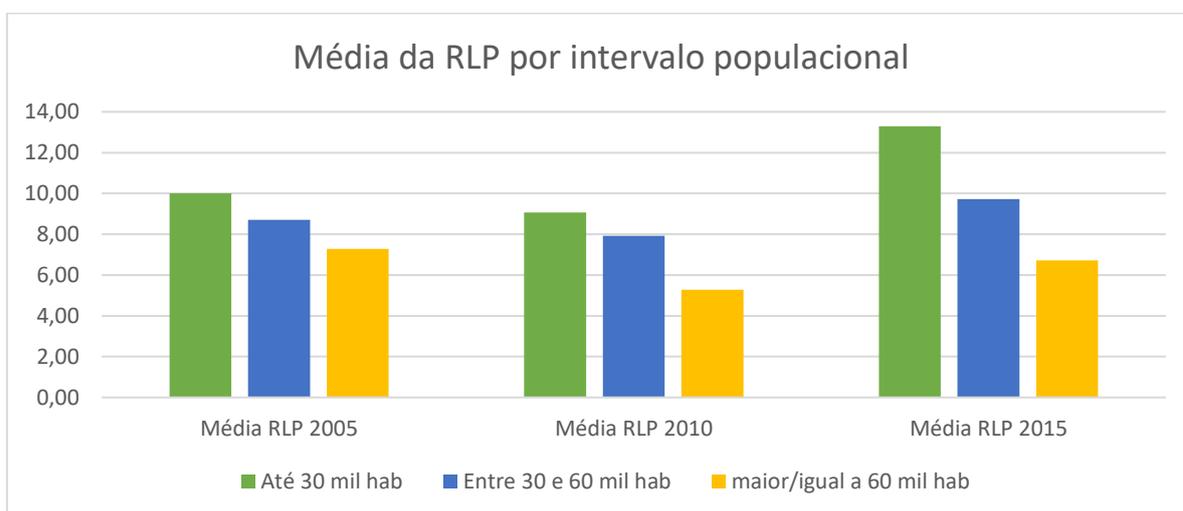
**Tabela 2:** RLP nos municípios paraenses segmentada por número de habitantes nos anos de 2005, 2010 e 2015.

Intervalo Populacional	Benefício Líquido (1)	PIB total (2)	$\sum$ RLP (1)/(2) em %	Média RLP %
<b>2005</b>				
Até 30 mil hab.	209.564.616,95	3.507.276.393,96	5,98	10,00
Entre 30 e 60 mil hab.	497.452.144,04	9.179.243.430,05	5,42	8,71
maior/igual a 60 mil hab.	1.280.573.274,27	50.745.391.547,69	2,52	7,29
<b>2010</b>				
Até 30 mil hab.	287.672.600,29	6.451.507.865,61	4,46	9,07
Entre 30 e 60 mil hab.	866.585.584,09	13.804.928.398,86	6,28	7,93
maior/igual a 60 mil hab.	1.707.124.178,36	85.849.181.767,47	1,99	5,27
<b>2015</b>				
Até 30 mil hab.	375.344.463,57	3.324.426.716,00	11,29	13,29
Entre 30 e 60 mil hab.	1.309.197.000,99	19.301.551.573,00	6,78	9,72
maior/igual a 60 mil hab.	3.147.332.460,72	93.486.281.741,00	3,37	6,71

Fonte: Resultados da Pesquisa



**Figura 3:** Somatório da RLP por intervalo populacional.  
Fonte: Resultados da Pesquisa.



**Figura 4:** Média da RLP por intervalo populacional.  
Fonte: Resultados da Pesquisa

Conforme demonstrado na tabela 2 e nas figuras 3 e 4, não houve uma relação de proporcionalidade tão linear da Representatividade Líquida da Previdência - RLP por segmentos populacionais como ocorreu quando os municípios foram segmentados por intervalos de PIB *per capita*. Nota-se também que as médias dos valores da RLP mantiveram-se mais distantes do  $\Sigma$ RLP de cada grupo (tabela 2), mostrando a existência de elevadas discrepâncias entre os valores mínimos e máximos da RLP dentro de cada agrupamento, ou seja, no mesmo agrupamento há municípios com elevada RLP e municípios com baixíssima RLP, sendo bem mais heterogêneos quando comparado com a segmentação por PIB *per capita*. Isso conduz a uma observação de que é mais correto dizer que a RLP nos municípios paraenses se dá de forma mais intensa quando o município apresenta baixo PIB *per capita* e não por eles serem cidades pequenas em termos populacionais. A figura 3, do  $\Sigma$ RLP por intervalo populacional, mostra nitidamente essa percepção, especificamente no ano de 2010.

Ainda quanto a não linearidade inversa da RLP e população, destaca-se a cidade de Ulianópolis com RLP negativa nos três anos analisados. Uma cidade pequena em termos populacionais, que arrecada mais para a previdência do que recebe benefícios. Ulianópolis também tem PIB *per capita* crescente e acima da média do PIB *per capita* dos municípios do

Estado do Pará. Em 2015 a cidade, com 53.881 habitantes, apresentou um PIB *per capita* de 24.796,49, sendo que a média foi de 14.988,45, ou seja, 65,4% acima desta média. Dessa forma, o que se demonstra é que a baixa RLP (-0,29 em 2015) desta cidade, está mais inversamente relacionada com o tamanho do seu PIB *per capita* do que com o seu número de habitantes, confirmando assim a percepção do estudo pelos resultados das tabelas 1 e 2.

É possível associar tais fatos, da cidade de Ulianópolis, ao potencial da produção agropecuária no município, uma vez que é o município do Estado do Pará com maior valor adicionado bruto resultante da atividade agropecuária (IBGE, 2015). Embora a base econômica de Ulianópolis tenha se desenvolvido a partir do extrativismo vegetal e mineral, nos últimos anos a produção de carne, leite e derivados concentra maior fonte de renda no município, além do setor agroindustrial, que se tem instalada na cidade a única produtora de açúcar e álcool do Estado do Pará, a Pará Pastoril Agrícola – PAGRISA (ULIANÓPOLIS, 2018).

Na segmentação de 30 a 60 mil habitantes, o quadro descrito se repete. Destaca-se a cidade de Almeirim, município pequeno, na faixa de 33 mil habitantes, e com baixa dependência da previdência, especificamente em 2010. Já em 2015 a RLP desse município salta de -0,6 para +5,98, essa mudança está relacionada a queda brusca da arrecadação previdenciária de 27 milhões em 2010 para 3 milhões em 2015. Tal queda está relacionada ao período de recessão econômica vivida em todo o país no período compreendido entre os anos de 2014 a 2016 e a dura batalha financeira enfrentada pelo Grupo ORSA/JARÍ para manter-se atuante no segmento de celulose na região.

Ressalta-se que a economia de Almeirim é baseada principalmente no setor industrial com atuação da indústria de celulose e transformação, seguida do setor de prestação de serviços, com importante participação na composição do PIB municipal (AMORIM *et al.*, 2010). Embora tais setores sejam responsáveis pela composição financeira de Almeirim, verifica-se em 2015 uma redução significativa da participação da indústria no PIB total do município (IBGE, 2015a).

O destaque desses dois municípios (Ulianópolis e Almeirim) com médio porte em termos populacionais e baixa RLP, confirmam a percepção apresentada na comparação dos gráficos 01 e 02 com os gráficos 03 e 04, de que municípios pobres em termos de PIB *per capita* dependem mais da previdência do que municípios pouco populosos. Uma vez que, observou-se também cidades como Capanema e Bragança, municípios populosos e grandes, com alta dependência da Previdência, com RLP média nos 3 anos de 21,6% e 18,8%, respectivamente, porém, municípios com PIB *per capita* baixo.

O fato é que, cidades pequenas em termos populacionais podem conter grandes indústrias, mineradoras, empreendimentos rurais, que são capazes de gerar emprego, renda e ainda atuar na dinâmica distributiva da previdência. Em contrapartida, cidades populosas podem não conter grandes setores industriais e de mineração, se tornando polos de baixa arrecadação previdenciária e, conseqüentemente, apresentam uma RLP mais elevada. Fica evidenciado através desta pesquisa que, quanto mais geração de riqueza o município possui, menor será a dependência da previdência, independente do seu tamanho populacional.

## 5. CONCLUSÃO

As análises realizadas neste estudo evidenciaram que a previdência social brasileira tem considerável relevância nos municípios paraenses. Através da utilização dos benefícios e da arrecadação previdenciária em relação ao PIB municipal nos anos de 2005, 2010 e 2015, analisou-se o Índice de Representatividade Líquida da Previdência – RLP em dois momentos. Primeiramente verificou-se a RLP nos segmentos de PIB *per capita*, posteriormente averiguou-se a RLP nos segmentos populacionais dos municípios paraenses no intuito de observar se a

previdência tem mais relevância nos municípios pobres em termos de PIB *per capita* ou se possui mais relevância nos pequenos municípios em termos populacionais.

Os resultados encontrados demonstraram que os benefícios previdenciários apresentaram maior relevância nos municípios paraenses mais pobres em termos de PIB *per capita*, uma vez que se observou uma relação inversa, quanto maior a RLP, menor o PIB *per capita*. No entanto, em relação a segmentação populacional essa relação inversa não existiu de maneira tão acentuada. Sendo assim, percebe-se maior dependência dos benefícios previdenciários nos municípios mais pobres e não nos municípios pequenos em termos populacionais.

Diante de pesquisas como esta, que mostra a existência de municípios onde os benefícios previdenciários chegam a representar quase 30% do PIB total, se torna possível enxergar a Previdência Social brasileira como um imenso sistema de proteção das causas sociais, que atua na pobreza, na distribuição de renda, no comércio local, amparando o segurado e seus dependentes em momentos de crise, de calamidades e pandemias como a atualmente vivida. A previdência não pode ser vista apenas sob um olhar fiscal e como peso nas contas públicas, precisa ser vista também como “estado previdência”, em especial nos municípios pobres.

Ademais, a pesquisa trouxe cenários econômicos diferenciados nos anos estudados e demonstrou os impactos da crise econômica de 2015 na queda da arrecadação previdenciária nos municípios paraenses, destacando a característica redistributiva da previdência, quando a arrecadação de municípios mais ricos consegue arcar com partes do pagamento dos benefícios de municípios mais pobres.

Deve-se também destacar que mesmo não sendo utilizado neste estudo um período atual, devido a maior disponibilidade dos dados do último censo, ainda assim pode-se trazer essa relevância da previdência para a realidade de crise na saúde decorrente do novo Coronavírus que se vivencia em 2020. A complexidade do cenário atual de crise mundial provocada pela pandemia, acendeu mais um alerta no que diz respeito a preservação da vida, da saúde e do bem-estar. É preciso evidenciar que, neste cenário de infortúnios, a previdência, juntamente com a assistência e a saúde (que formam a seguridade social), estão totalmente interligadas para atuarem de forma positiva na manutenção do bem-estar mínimo da população.

Por fim, o artigo contribui para reforçar que é preciso enxergar a seguridade social como um direito da coletividade resguardado na Constituição Federal de 1988, na qual a Previdência Social, juntamente com os seus Benefícios Previdenciários, não podem ser vistos como favores ou esmola, mas como um grande cobertor de proteção que atua no amparo ao cidadão, especialmente nos momentos de crises, como a decorrente da COVID-19, e ainda movimentam a economia local dos municípios mais pobres de um estado carente em muitos aspectos sociais, como o estado do Pará.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, L. E.. Aspectos distributivos, aposentadorias e pensões: algumas evidências com o emprego dos microdados dos registros administrativos do RGPS. In: **Anais XVIII International Conference in Accounting**. São Paulo, p. 1-19, 2018.

ALMEIDA, P. R. **Balanco do governo Lula, 2003-2010: uma avaliação não complacente**. 2010. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/balanco-dogoverno-lula-20032010-uma-avaliacao-nao-complacente/a1237812318976.html>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

AMORIM, P. *et al.* **Diagnóstico Econômico-Ambiental do Município de Almeirim, Pará**. 2010. Disponível em: <[http://www.ift.org.br/wp-content/uploads/2015/05/AlmeirimPar%C3%A1\\_2010.pdf](http://www.ift.org.br/wp-content/uploads/2015/05/AlmeirimPar%C3%A1_2010.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. **IBGE: PIB fecha 2015 com queda de 3,8%**. 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-03/ibge-pib-fecha-2015-com-queda-de-38>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Igarapé-Açu, PA**. 2013. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/igarape-acu\\_pa](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/igarape-acu_pa)>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Rondon do Pará, PA**. 2013a. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/rondon-do-para\\_pa#trabalho](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/rondon-do-para_pa#trabalho)>. Acesso em: 04 jun. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia Paraense: estrutura produtiva e desempenho recente**. 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2018/01/br201801b1p.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BERCOVICI, G.; MASSONETTO, L. F. **A constituição dirigente invertida: a blindagem da Constituição Financeira e a agonia da Constituição Econômica**. Impactum.uc.pt, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/24845>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BIANCARELLI, A. M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Rev. Inst. Estud. Bras.** São Paulo, n. 58, p. 263-288, 2014.

BOTELHO, L. H. F.; COSTA, T. M. T. Análise financeira da seguridade e previdência social no Brasil em tempos de reformas fiscais. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 19, p. 1-18, 2020.

BRASIL. **Anuário Estatístico da Previdência Social**. 2016. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/AEPS-2016.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 27 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Previdência Social (MPS) - Dados Estatísticos -Previdência Social e INSS**. Disponível em: <<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/previdencia-social-regime-geral-inss/dados-abertos-previdencia-social>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Síntese da Economia Brasileira – 2015**. 2016. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/editorias/economia/periodicos/sintese-da-economia-brasileira-2015>>. Acesso em: 13 jul. 2020

FAO. 2020. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets**. Rome, FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca9692en/CA9692EN.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FAVONI, C.; SOUZA, S. C. I. A Previdência Social brasileira como política pública de renda nos municípios do Paraná. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 25, p. 111-124, 2004.

FERREIRA, C. R. *et al.* Envelhecimento da população do Paraná e impacto das aposentadorias e pensões na renda. **Economia & Região**, Londrina (PR), v. 3, n. 1, p. 27-38, jan./jul. 2015.

FLEURY, S. **A seguridade social inconclusa**. 2017. Disponível em: <<http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/Seguridade.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

G1 PA (Pará). **Falta de qualificação gera desemprego no Pará, diz Dieese**: funcionários estão ficando menos tempo em vagas do mercado formal. Autônomos e informais estão em alta, aponta estudo. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/04/falta-de-qualificacao-gera-desemprego-no-para-diz-dieese.html>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

GENTIL, D. L. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990–2005**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. **Proposta para o governo 2015/2018: agenda para um país próspero e competitivo**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1ª edição, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Comitê de Estatísticas Econômicas e Sociais - 2005**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 10 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **IBGE divulga as Contas Regionais 2002-2005**. 2007. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13398-asi-ibge-divulga-as-contas-regionais-2002-2005>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Produto interno bruto dos municípios - Ulianópolis**. 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ulianopolis/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&ano=2015&indicador=47006>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Produto interno bruto dos municípios - Almeirim**. 2015a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/almeirim/pesquisa/10058/60027?tipo=grafico&ano=2015&indicador=60036>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais (SIS): uma análise das condições de vida da população brasileira 2016**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2016.

\_\_\_\_\_. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 12,9% e taxa de subutilização é de 27,5% no trimestre encerrado em maio de 2020**. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28110-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-9-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-27-5-no-trimestre-encerrado-em-maio-de-2020>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pela primeira vez, menos da metade das pessoas em idade de trabalhar está ocupada.** 2020a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28111-pela-primeira-vez-menos-da-metade-das-pessoas-em-idade-de-trabalhar-esta-ocupada>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Indicadores.** 2020b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

IBRAHIM, F. Z. **A Previdência Social no Estado Contemporâneo- Fundamentos, Financiamento e Regulação.** Impetus, 1ª edição. Rio de Janeiro, 332p, 2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – IDESP. **Produto Interno Bruto Municipal.** 2010. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/628.pdf?id=1499528547>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

KERSTENETZKY, C. L. **O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LIMA, T. D.; DEUS, L. N. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 17, n. 32, p. 52-65, 2013.

LOBATO, L. V. C. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde e Debate**, v. 40, n. especial, p. 87-97, 2016.

MAAHS, F. **A Crise Econômica de 2008 nos Estados Unidos e no Brasil.** 2014. 32f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38232/MONOGRAFIA30-2014-2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MATTEI, L.; MAGALHÃES, L. F. A Política Econômica durante o Governo Lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas. In: DE PAULA, M. (org.). **Nunca antes na história desse país. Um balanço das políticas do Governo Lula.** Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Windows%20XP/Meus%20documentos/Downloads/Mattei-e-Magalhaes.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

OLIVEIRA, E. C. A negação dos papéis civilizatórios do Estado e da seguridade social: o caso brasileiro no contexto de reformas do governo Temer. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 5, n. 2, p. 03-21, 2017.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais: A complementariedade do SPSS.** 5ª edição, Edições Silabo, 2008.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2017.** 2017. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2017/>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS. **Ulianópolis, Governo Municipal: Escrevendo uma nova história**. 2018. Disponível em:  
<<https://www.ulianopolis.pa.gov.br/nossa-historia>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO GOVERNO DO PARÁ. **Investimentos do Governo do Estado marcam os 105 anos de Marabá**. 2018. Disponível em:  
<<https://www.seplan.pa.gov.br/investimentos-do-governo-do-estado-marcam-os-105-anos-de-marab%C3%A1>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SILVA, L. L.; COSTA, T. M. T.; SILVA, E. A. Gestão social da Previdência Social brasileira como política pública de desenvolvimento socioeconômico. **Revista NAU Social**, v. 5, n. 9, p. 67-81, novembro 2014/abril 2015.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MINERAIS DO ESTADO DO PARÁ  
SIMINERAL. **Mineração no Pará, Brasil e Mundo**. 2020. Disponível em:  
<<http://simineral.org.br/mineracao/mineracao-para>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

TEIXEIRA, E. A. **Benefícios Previdenciários e Indicadores de bem-estar social nos municípios de Minas Gerais**. 2019. 91f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.